

O Terror, o Lugar do Psicanalista

Marcelo Viñar

O enunciado do título desta mesa redonda colocou-me alguns problemas de perspectiva.

De uma parte, o político convoca a cidade, a cena pública e o combate. É o sujeito plural, coletivo, quem determina e regula o comportamento individual. O terror, ao contrário, releva sempre do íntimo, do inconfessável, e encontra-se, pois, por definição, distanciado da cena social. O título propõe, segundo penso, desfazer, desmanchar este distanciamiento a fim de poder religar os dois pólos em um pensamento articulável.

A outra dificuldade procede do tratamento dos referentes: o emprego de substantivos sem menção do pronome possessivo que lhes dá corpo. Não é a mesma coisa pensar o desejo ou a morte e experimentar *meu* desejo ou *minha* morte. Distância entre uma posição empírica e uma posição transcendental, diria Michel Foucault.

Não respeitar a tensão desta distância poderia criar um abismo intransponível, um deserto a fertilizar com um fetiche ou um fantoche. Isto acontece com muita freqüên-

cia. Vou contar a vocês um acontecimento pessoal que vai neste sentido.

No início de meu exílio, num grupo de trabalho, aprendei como podia meu primeiro texto que testemunhava a tortura na América Latina, texto que tentava contar o que se passava lá, e provar, sem dúvida, ao mesmo tempo que estou vivo e que posso pensar.

Um camarada, renomado no grupo por sua inteligência e sagacidade, explica-me que isto que conto não é nem novo, nem original. Sua argumentação e sua demonstração operam uma aproximação entre a experiência da tortura e a do des-ser na análise lacaniana. Lembro-me como sua certeza, sua lucidez, sua arrogância haviam-me magoado, provocado gagueira e rancor. Ele detinha o bom saber.

Eu queria sublinhar, com esta história, que, neste ponto, há sempre um mal-entendido: há sempre um saber que buscamos e que não encontramos. Além do caráter catártico de minha lembrança, ela mostra como a posição deste amigo e a minha são as de, em nossa proximidade suposta, um encontro impossível entre o saber do sábio e o do sujeito que sofre.

O caráter pessoal de minha pequena história jocosa nos ultrapassa, pois atinge a do sobrevivente de Auschwitz que havia querido encontrar sua solução final deixando-se morrer com os outros na câmara de gás e que foi consanguineado pelas vítimas a sobreviver para realizar-lhes o último desejo: era preciso uma testemunha e um testemunho, um lugar psíquico onde isto possa se inscrever. Era preciso que o martírio fosse conhecido, que o horror fosse patrimônio da memória coletiva e da herança cultural.

A mesma mensagem desesperada abre o livro essencial de Robert Antelme, *L'espèce humaine*; o grito repetido, "Vocês, vocês não podem saber", que as vítimas da tortura lançam a todo interlocutor que não partilhou de suas experiências. Mal-entendido este que se supõe que

um olhar analítico pode ultrapassar. Instituir o terror como objeto de saber (*épistémé*) converte-se num instalar-se sobre uma rampa deslizante que conduz, se não prestarmos atenção, a uma posição de voyeurismo, de fascinação pelo pavor e termina por transformar o sujeito em espetáculo para intelectuais parisienses.

O terror é, antes de tudo, a experiência do corpo esmorecido. Claude Lefort escolheu *Le corps interposé* como título e eixo central para evocar e comentar 1984 de G. Orwell. Ficção tornada realidade na vida de muitas pessoas de meu continente. Ao paroxismo do pavor, o protagonista de Orwell implora que o mártir seja exercido sobre o corpo do ser amado e não sobre seu próprio corpo. Perversão do ideal que não podemos tomar como fato de discurso, mas como ponto limite de confusão entre o próprio e o estrangeiro inimigo. Fascinação pela repugnância e pelo pavor, sem a qual nenhum conhecimento do horror é pertinente ou legítimo, pois ela torna o olhar frio e exterior.

Há uma armadilha e um perigo no emprego dos substitutos o terror e o político: na etimologia da palavra "horror", há arrepiar e tremor (*horripilare*: fazer arrepiar a pele). Vizinhança, proximidade com um corpo trêmulo, assustado, à espreita. Isto se exorcisa e desapparece se tomamos o terror como fato de discurso e arriscamos desencarnar as palavras privando-as do pronome possessivo. Não há medida comum entre o terror e meu terror.

Segundo Freud, um olhar psicanalítico não pode ser exterior, é preciso entrar no teatro que observamos. Nem deslizamento objetivamente, nem captura na sensualidade da vítima: de onde é preciso olhar e pensar?

A aposta não é pequena. O testemunho lancinante se transforma, por sua reiteração, em melodrama de má qualidade ou em pornografia. Como escapar à banali-

zação, ao silêncio, à esquiva e à fascinação, para simplesmente pensar?

Em que consiste este conhecimento do terror cujo saber é tanto necessário quanto impossível?

Eis alguns esboços.

Após a queda da ditadura em meu país, convidamos alguns colegas que haviam permanecido lá para trabalhar o assunto conosco. Eis um fragmento da resposta:

Não me acho à vontade para refletir sobre este assunto que sinto como sendo seu e não meu! Começo a compreender agora o que chamamos os segredos de família, que sempre me pareceram bobagens incompreensíveis... Entre os que permaneceram aqui, existe uma cumplicidade íntima: há coisas de que falamos, e outras para as quais não há nem convenção, nem código, somente um tremor visceral partilhado. É o sistema neurovegetativo que aí se conhece. Como se eu fosse fazer a denúncia de coisas privadas, íntimas.

O trabalho de reflexão que nos reúne visa à lucidez e ao discernimento.

No terror (penso que isto é válido tanto para a violência política quanto para a incestuosa — e Édipo-rei faz, aqui, figura de síntese), se a lucidez chega inesperadamente, é lancinante. O pensamento na miséria é diferente do pensamento inteligente. Estar lúcido sobre seu próprio terror é tornar-se consciente da invalidez e da ignorância. Há, pois, um esforço permanente que vai no sentido do evitamento e da denegação. É preciso ser louco ou imbecil para buscar descobrir e querer espantar-se e aterrorizar-se com as feridas que cada um esconde de si mesmo.

Também, nesta situação, o sentido ordinário da palavra pensar é, antes, para ser temido do que desejado. Daí

a engenhosidade de meu amigo em sua resposta a meu convite (*nem convenção, nem código, é somente o neurovegetativo que está em questão, somente o tremor*).

Quem está no terror não está em busca de saber ou de inteligência. Busca estratégias que permitam continuar a viver, ele mesmo ou seus ideais. Porque o terror subjetivo é sempre vivido na humilhação ou no entorpecimento (e não no saber esclarecido próprio a uma reunião científica).

A lógica do aniquilamento funciona com uma outra inteligência que a lógica da reflexão.

O ato é a tal ponto tomado pelo perigo e pela urgência que o pensamento que o prepara é em geral muito falho. Pode-se passar mil e uma horas discutindo ideologias ou estratégias. As diferenças são ínfimas e levam à exaltação e à arrogância. Não obstante, não é o conteúdo dos propósitos que conta. A linha de divisão é muito mais radical. Passa pelo fato de se estar ou não preocupado. É com esta nuance que a injunção ética de ser preocupado comporta nela mesma um certo grau de terror e de perigo.

É uma espécie de injunção primária. É preciso viver, é preciso ter a coragem de continuar a viver, sobrevida do corpo ou do pensamento: um tipo de dever cego, prememente, em vez de inteligente. É preciso ser louco ou imbecil para pensar por si mesmo, ao invés de aceitar a realidade tal qual ela é. Algumas vezes não sabemos se queremos viver para fugir ou para lutar, mas existe uma espécie de imperativo para construir um outro lugar e um depois da miséria atual. É esta lógica que chamo humilhação e entorpecimento. Ela escapa ao olhar exterior e a escolha pode ser percebida como a da covardia, do heroísmo, da traição ou da loucura. Pois não é o pavor súbito da catástrofe, mas a degradação cotidiana que deixa seu traço indelével no não-dito e no não-pensável de todos os dias.

Qual é a marca deste indizível por si mesmo e na

transmissão? Como inscrever o eu não posso dizer o terror e a vergonha que se segue?

EXÍLIO E TORTURA

Creio que o impensável do terror deixa traços e que é preciso interrogar-se sobre o não-inscritível traumático, como fonte ou motor de compulsão à repetição no sujeito e na genealogia.

A articulação do acontecimento traumático e do fantasma é um tema que marcou época no pensamento analítico e que nos questiona desde sempre. Primeiramente porque um bom freudiano poderá afirmar, em nome da *doxa*, que não há trauma senão na infância e no sexual. Assim, o terror político produziria uma neurose "atual" que se coloca em relação de subordinação com a neurose infantil, alicerce da personalidade. Eis um bom modelo, tão claro quanto tranquilizador, que permite continuar a prática analítica e desenvolver a teoria analítica sob um regime totalitário.

Mas a psicanálise é possível sob o terror? Aquelles que permaneceram são traidores e os bons psicanalistas estão todos no exílio? Não penso apenas que ela seja possível, mas mesmo necessária, como trabalho de fala, que não é única, mas privilegiada e a partir da qual a reconstrução da história será possível. Não é dito que nossa disciplina é subversiva? Que sua prática seja defeituosa em situações de violência política, eu bem quero admitir. Mas, conhece-se uma prática analítica que, não sendo defeituosa, mereça ainda esta denominação? Se temos o bom aspecto e a boa teoria, a que serve a psicanálise?

Quando o terror político atravessa a sessão porque inunda o tecido social, podemos encontrar uma outra "solução", um outro caminho que o entrincheirar-se atrás da teoria admitida, a fuga da prática pelo exílio ou a luta política. A irrupção do terror, designável lá fora, interroga a aporia da articulação entre trauma e fantasma, entre acontecimento e estrutura, e permite colocar de outro modo a alternativa entre narcisismo e laço social, nesta

borda que funda o inconsciente como ponto limite onde a pulsão se faz palavra.

Se me coloco sob o ângulo que mais proximamente me concerne, o da clínica e o da escuta analítica, o problema mais urgente é fazer a distinção entre o terror organizado pela violência fundadora (os fantasmas da origem), o terror vindo do traumático, tecido no romance familiar, e o terror que vem da cidade. Determino estes três pólos para poder pensar. Longe de mim a pretensão de estabelecer uma teoria totalizante que viria fechar as questões.

No tempo mítico atualizado na sessão, a violência das origens faz retorno, reiteradamente, na cena que aí se desenrola. Esta violência, com sua carga de horror, é de natureza fulgurante e errática, o que a situa na iminência seja do passado, seja do porvir. Ela se torna, para o sujeito, enigma que impele ao questionamento, o que é motor de deslocamento e de perlaboração. Este horror está no coração mesmo do trabalho do analista e, sobre este ponto, o consenso não será difícil de se obter. A articulação do fantasma e do trauma, isto é, a maneira de incluir a realidade no tratamento, já é bem mais problemática e nossa conceitualização mais precária. E quando o terror da cidade atravessa o espaço analítico, a incerteza é ainda maior.

Vou deter-me, para concluir, sobre a diferença entre terror do sexual e terror do político, que são sempre fontes de confusão.

O terror do sexual traumático visa o íntimo e faz arrombamento através de um acontecimento (único ou repetido) que se reconhece de imediato como singular e único. A vontade de ignorar visa esconder o agressor e a ferida nas sinuosidades do privado. É o acontecimento vergonhoso, sádico e gozoso, que releva do *heim*, do privado, do sagrado e do secreto, que é preciso desconhecer e cujo desconhecimento é fonte de pavor. O preço disto é

o indizível. É o indizível que faz trauma, que deixa uma marca e se transmite como fonte de desgastes na subjetividade.

EXÍLIO E TORTURA

O sagrado-secreto se desenvolve na trama do desejo edipiano, marcado de interdito e voltado ao recalcanamento. Trama que remete à problemática da identificação e à constituição do sujeito. É esta constelação que é revolvida no traumático sexual.

O terror político remete a uma outra problemática. O quadro da sessão é ultrapassado, e é o quadro mesmo que é atacado antes da pessoa; é o social que sofre antes que o indivíduo.

A partir de Freud, reconhecemos o que mantém a coesão da massa, o que faz "laço social", no pânico que engendra sua dissolução. O pânico coloca em relevo uma realidade até aqui menos legível; ela se torna reveladora de um operador simbólico até então desconhecido na intimidade dual da sessão.¹

Se existe racismo, não é a neurose do judeu ou do estrangeiro que é preciso tratar antes de tudo; o laço social está doente antes que o sujeito (o que não impede de acolher seu desamparo pessoal).

É uma situação que – na clínica – nos coloca numa posição de ignorância e de precariedade. Podemos sempre reconduzir o novo, o desconhecido ao já conhecido – por reflexão ou automatismo – mas podemos igualmente arriscarmo-nos na ignorância sem a bússola freudiana.

O terror político age sobre uma subjetividade adquirida. O que ele coloca em jogo são as raízes do laço social, ali onde um primeiro voto de onipotência quis – como o assinalam Nancy e Lacoue-Labarthe – que o primeiro outro fosse um outro morto ou excluído. O terror político

O TERROR, O LUGAR DO PSICANALISTA

105

atinge o laço social antes que o "eu"; os outros que me constituem estão em primeiro plano.

Se há racismo, a resposta "Nós somos todos judeus" tem de ser organizada diferentemente na Paris de Le Pen e na França de Pérain. O desafio e a resposta são diferentes.

No horror doméstico, familiar, o campo de batalha está delimitado: sei que isto me está destinado sem que possa me subtrair. O terror político é mais equívoco já que o universo das vítimas potenciais jamais é claramente definido de antemão. Isto dá ao impacto subjetivo da ameaça um lugar totalmente particular. O gesto inaugural do poder totalitário é o de definir o inimigo (o judeu, o estrangeiro, o comunista). Definição que comporta uma organização clara dos círculos do inferno. A ameaça é portadora de um absurdo concebido como verdade. O sujeito deve acomodar-se com esta impostura que substitui a lei, deve reformular o lugar do outro em relação a si. O pontapé inicial, na *Shoah* (catástrofe), do terror político é a perversão do código, da nova língua* do sistema com suas verdades monossêmicas. A tentação de uma covardia bem remunerada se oferece como saída: subtrair-se à ameaça mediante a traição de um ideal de filiação à comunidade humana. Isto comporta um trabalho psíquico até aqui pouco explorado. Não há aqui inscrição psíquica de um não-dito de indignidade e de vergonha? A patologia dos netos de vítimas do holocausto diz bastante sobre a transmissão genealógica deste não-dito.

Quando a impostura se cobre dos falsos brilhos da Lei, os gestos de submissão e de transgressão tomam um valor e uma dimensão inauditas. O sujeito está submetido a uma mensagem de dupla ligação (*double bind message*). De um lado existe a injunção: "Não se meta nisso". Não

* No original: *néolangue*. (N. da T.)

estar entre as vítimas e os culpáveis dá a ilusão de se agrupar entre aqueles que vão sobreviver – física e moralmente fora do alcance. Do lado oposto, o intolerável do horror impele ao engajamento político e ético...

O trabalho psíquico a realizar, tanto para o analisante quanto para o analista – numa simetria bizarra e nova – consiste em poder responder, entre reconhecimento e desconhecimento da ameaça, a estas questões:

“A ameaça, ela me diz respeito?”

“É a mim que ela visa?”

Questões que serão escutadas diferentemente segundo a posição de cada um. Para aqueles que estão engajados, elas poderão ajudar a fazer a diferença entre o devaneio e a realidade da perseguição. Para os outros, abrirão outras questões: a reviravolta das instituições pode não visar cada indivíduo? E o que dizer do não-engajamento? Não pode ser taxado de alienação?

No universo totalitário, a posição do indivíduo face à cultura e às suas instituições modifica as relações entre experiência pessoal e política. A escolha, incontornável, entre a recusa do intolerável e o não-engajamento conduz à reformulação das relações entre exterior e interior, entre o psíquico e o social. Não há, com efeito, meio termo entre a recusa do intolerável e a indiferença: não há entre uma alternativa, entre o engajamento, com seus riscos e seus perigos reais, e a submissão cúmplice. É por aí que se aproximam territórios normalmente distanciados e distintos: o saber sobre o poder político torna-se menos alheio ao saber sobre os próprios segredos do sujeito. A paixão política e os tormentos íntimos podem conhecer uma estranha proximidade e familiaridade.

Podemos continuar a repetir que a psicanálise não tem os instrumentos conceituais e metodológicos suficientes para abordar estas questões. Respondo que é preciso

escolher entre um conceito a menos e uma angústia em excesso.

Fariamos, caso contrário, como os camponeses poloneses e a mulher do preceptor, *Shoah*, aprendendo a tornar os degraus impensáveis do horror sem para tanto nos sentirmos concernidos. É para salvar a verdade de nossa prática que podemos fechar a porta, dizia Lacan.